



O AUDIOVISUAL COMO INSTRUMENTO PARA ROMPER ESTEREÓTIPOS

Teresa Cristina Santos Balbino
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ (Brasil)
Endereço Eletrônico: teresacristinabalbino@gmail.com

Rosangela Malachias
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ (Brasil)
Endereço Eletrônico: rosmalach@gmail.com

2037

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar um recorte dos resultados e discussões da pesquisa “O cinema educativo da Baixada Fluminense: análise da trajetória da videomaker Lu Brasil e o cineclube Xuxu Comxis” na modalidade de monografia para obter o título de graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ/FEBF). Com isso, pretendemos demonstrar parte das produções cinematográficas produzidas por mulheres moradoras da Baixada Fluminense, por meio da análise da trajetória de uma videomaker negra, independente: Lu Brasil, da cidade de Duque de Caxias, formada em Pedagogia e mestra em Educação pela UERJ/FEBF.

A pesquisa citada objetivou demonstrar o audiovisual por meio da sua dimensão educativa, cultural e política produzido por mulheres dentro da Baixada Fluminense, território marcado pela perspectiva da violência, fome e escassez dos direitos básicos para dignidade e sobrevivência humana. A Baixada Fluminense é composta por 12 cidades que estão localizadas na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Partindo dessa premissa pretendemos refletir pedagogicamente sobre como a linguagem cinematográfica pode propiciar oportunidades de emancipação, produções de novas perspectivas e rompimento de estereótipos, a partir das visões e vivências dos moradores e produtores da Baixada Fluminense, que é o caso das cineastas que visam trazer novas representações deste território, fora dos enquadramentos da grande mídia.

Sendo assim, esse trabalho tenta articular os campos da Comunicação e Educação mediante as análises das produções audiovisuais como possibilidade e instrumento de educação não- formal, que contribui para o rompimento de estereótipos sociais, de gênero, de raça/etnia, classe e território levando à emancipação e produção de novas subjetividades.



Compreendemos a educação não- formal segundo Maria Glória Gohn (2014, p.6), que visa à aprendizagem por meio de novas possibilidades metodológicas, decorrentes da criatividade, da imaginação e também via representações coletivas, que levam o sujeito a entender o seu papel sociopolítico e cultural.

METODOLOGIA

A natureza da pesquisa é qualitativa com viés exploratório identificando o audiovisual como uma ferramenta educativa, que contribui para uma educação emancipatória, justa e plural possibilitando o enfrentamento das discriminações de gênero, raça, classe e território.

Desta forma, o trabalho está pautado em de uma visão e enfoque interseccional, que de acordo com Sirma Bilge (2009, p. 70) apud Helena Hirata (2014, p.62- 63): “(...) vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais”. (BILGE, 2009, p.70 apud HIRATA, 2014, p. 62- 63)

Optamos por um estudo de caso por meio da análise da trajetória da videomaker Lu Brasil e seu curta “N é o meu lar”, ganhador do 2º (segundo) lugar no Festival de Cinema Popular promovido pelo cineclubes Mate com Angu na cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense/Rio de Janeiro em 2017. Esse festival reúne a maior parte dos cineastas da Baixada Fluminense para divulgar e apresentar suas produções audiovisuais.

Para essa análise, utilizamos os instrumentos do questionário estruturado em formato digital com o objetivo de sondagem e informações gerais, e as entrevistas, que “[...] possibilitam ter um contato com a realidade vivida pelos atores sociais” (GIL, 2008, p.37). Essas entrevistas foram filmadas e estruturadas pelos conceitos das(os) autoras(es) abordadas(os) no trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisarmos os grandes produtores de cinema percebemos que é composto por uma elite branca, masculina e hétero normativa, que possuem visões fragmentadas, estereotipadas e errôneas sobre as outras representações sociais como mulheres, negros, gays e classe periférica. Essas representações marginalizadas não tinham o direito de falarem por si, pois, sempre o homem branco da classe média alta falava sobre e/ou calava essas vozes sociais, a partir da sua visão de mundo ocidental. (DUARTE, 2002).



As mulheres cineastas contribuem para uma linguagem cinematográfica com representações mais democráticas e plurais, desconstruindo ideais machistas e sexistas. Hall (2006) afirma a importância das vozes que emergem da sociedade para a formação e fortalecimento de novas de identidades. Em uma pesquisa da Agência Nacional de Cinema (ANCINE) no ano de 2018, revelou que 40% das produções audiovisuais no Brasil provenientes das mulheres, mesmo com esse número de produções, as mulheres ganham editais com orçamento mais baixo e há uma redução desse número quando aplicamos as categorias de gênero, raça/etnia e classe. (LOURO,2003; CANDIDO & FERES JÚNIOR, 2019).

Devido a essas nuances, as cineastas da Baixada Fluminense não conseguem obter os editais de apoio financeiro e de formação cinematográfica. Fez-se, então, necessário criar um movimento que lutasse pela divulgação das produções cinematográficas e a democratização desses editais pautando a questão de gênero, raça/etnia e classe, que recebeu o nome de Baixada Filma por Elas (2018) demonstrando que o campo do audiovisual precisa criar uma estrutura que valorizar as produções audiovisuais das mulheres, negras ou não, desse território, além de possibilitar a voz e vez das mesmas.

As narrativas fílmicas produzidas pelas mulheres na Baixada Fluminense, além de abordar as questões de gênero, raça e classe revelam um território diferente das imagens negativas impostas sobre a Baixada Fluminense demonstrando, que mediante a ótica dos moradores da região proporcionam novas representações do que é ser morador(a), além de trazer a valorização e autoestima para os mesmos.

Lu Brasil em seu curta-metragem feito com o seu próprio celular - intitulado “N é o meu lar” retratava a luta em favor da Escola Municipal Doutor Álvaro Alberto, que sofria, na época, diversas precarizações, devido à falta de recursos financeiros, para a educação pública no município de Duque de Caxias e também havia o risco de ser demolida para a construção de um shopping.

Essa escola revela um marco na história educacional do país e da Baixada Fluminense, pois o seu projeto educativo visava a uma educação emancipadora, justa e crítica com inspirações nas ideias de Maria Montessori e o Movimento da Escola Nova. Sua fundadora, a educadora Armanda Álvaro Alberto (1892-1974), construiu Escola Proletária de Meriti em 13 de fevereiro de 1921 como o objetivo alfabetizar os filhos dos trabalhadores que viviam em Meriti, que atualmente é município de Duque de Caxias.



A Escola Proletária de Meriti com o passar do tempo foi rebatizada como Escola Regional de Meriti, que se tornou conhecida na região como Mate com Angu, por ter sido uma das primeiras escolas da América Latina a servir merenda. A merenda era composta pela doação dos comerciantes e moradores locais, então era comum que as doações tivessem fubá e erva-mate. Sendo essa, muitas vezes, a combinação das refeições das crianças.

A educadora e videomaker Lu Brasil utilizou o cinema como um recurso para expressar a sua luta e indignação, contra a construção de um shopping center que destruiria uma escola histórica na cidade de Duque de Caxias, além de expressar suas vivências. Além do seu filme refletir suas vivências no mundo, não foi só a sua voz representada no enredo da sua produção audiovisual, mas também a voz de várias famílias, parentes, comunidade local, comunidade escolar e agentes da educação, unidos na luta para a manutenção da educação pública na região de Duque de Caxias.

Duarte (2002) ressalta que, o processo de significação não é exclusivamente individual, mas também construído pelos discursos dos outros, que compartilham as suas ideias, demandas, questionamentos e opiniões. A partir dessa concepção, percebemos como o audiovisual possui um caráter político, social e de interação com o meio e o outro, porque a sua linguagem fílmica traz, para o público, diversas representações, debates e discussões sobre sua vida cotidiana, gênero, raça, classe, sexualidade, região, direito e território. Isso proporciona a abertura da dialogicidade (FREIRE, 2018), ou seja, debate democrático, pois os conhecimentos e representações dos sujeitos não são negados e nem marginalizados. Assim, pela relação que o sujeito estabelece com o filme, o mesmo elabora a sua autoanálise.

CONCLUSÕES

Concluimos que o processo relacional do cinema feminino da Baixada Fluminense juntamente com o âmbito educativo contribui para a formação política e coletiva de todos os envolvidos neste processo dialógico, pois, nesse processo são estabelecidos códigos e concepções, que produzem representações sociais sobre o mundo e são ligadas as nossas vivências em sociedade.

As representações sociais estabelecem uma relação que nos forma mediante ao outro, o mundo e nós mesmas(os), visto que é um processo coletivo, por isso o cinema é uma instituição cultural, social, educativa, política e emocional, pois as representações nos enredos dos filmes nos possibilitam assimilar e internalizar seus discursos



negativamente ou positivamente, afetando diretamente nossas subjetividades. Louro (2003, p.423) afirma que o cinema era e é uma instância educativa poderosa e sedutora e devido a isso se constitui como uma nova pedagogia cultural. Sendo assim, o audiovisual pode possibilitar a construção de sujeitos críticos, questionadores e transformadores de realidades e a promoção de uma sociedade mais plural, justa e democrática.

PALAVRAS- CHAVE: Audiovisual. Mulheres. Baixada Fluminense. Educação.

2041

REFERÊNCIAS

BRASIL. Participação feminina na produção audiovisual brasileira. Brasília: ANCINE: Agência Nacional do Cinema, 2018 Disponível em:

https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/participacao_feminina_na_producao_audiovisual_brasileira_2016.pdf Acesso em: 20/04/2022

CANDIDO, Marcia R; FERES JÚNIOR, João. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. In: Revista Estudos Feministas, vol.27, nº.2 Florianópolis, Julho, 2019 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200207 Acesso em: 20/04/2022

DUARTE, Rosália. Cinema & educação. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

ENNE, Ana Lucia S. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. In: C-legenda - Revista do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2004

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. In: Revista Investigar em Educação, Portugal – 11ª série, núm. 1, 2014.

HALL, Stuart. A identidade na pós-modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: Tempo social, revista de Sociologia da USP, v.26, n.1, junho,2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt> acesso em: 20/04/2022.

LOURO, Guaciara Lopes. O cinema como pedagogia. LOPES, E; FARIA FILHO, L; VEIGA, C. (Org.) 500 anos de educação no Brasil.- 3ªedição. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.